



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680149 - PR (2021/0219173-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : GERALDO APARECIDO FRANCISQUINI
ADVOGADO : GERALDO APARECIDO FRANCISQUINI - PR091461
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : CASSIMIRO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CASSIMIRO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0035115-32.2021.8.16.0000).

O paciente "foi preso em flagrante, no dia 7 de maio de 2021, pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006" (fl. 57).

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação para decretação da segregação cautelar, menos ainda para afastar a fixação de medida diversa da prisão, em especial quando sopesadas suas condições pessoais favoráveis.

Agrega alegação de que é pai de duas crianças que dependem exclusivamente de seus cuidados, sendo que uma das crianças tem problemas de saúde.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a cópia do acórdão apontado no HC n. 0035115-32.2021.8.16.0000, imprescindível para análise da fundamentação que levou a Corte estadual à denegação da ordem. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão do HC n. 0035115-32.2021.8.16.0000.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente